



ACTA Nº 17/2007

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2007
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 26 DE NOVEMBRO DE 2007

-----No dia 26 de Novembro de 2007, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada Ao abrigo do nº 1 e do nº 2 do Art. 50º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Art. 19º, do nº 1 do Artº 24º e nº 2 do Art. 29º, todos do respectivo Regimento da Assembleia Municipal, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

➤ **PONTO ÚNICO - 2007 - Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos.**

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 46 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)



Fl. 118v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA SESSÃO**, nos momentos indicados nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Ramos Bernardo
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis	1 dia	João Francisco Redondo Félix

-----O Sr. José Mariano (PS) leu a seguinte missiva: “Eu, José Mariano Monteiro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade nº 1004497, emitido em 21/11/2005, venho por este meio comunicar a V. Exa. e a todo o plenário, ao abrigo do nº 4 do artigo 46º B da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a partir de hoje deixo de fazer parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, uma vez que me desvinculei desse partido político. Continuo a exercer o meu mandato na qualidade de independente. Mais informo que estou disponível para fazer parte de todas as Comissões Especializadas Permanentes a que tiver direito.” Informou que se tinha desvinculado do Partido Socialista por iniciativa própria e que tinha pago as cotas todas até ao fim do presente ano.-----



-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	Fernando Ramos Bernardo	20.48

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) perguntou se o tempo gasto com as intervenções do Sr. José Mariano era descontado ao Partido Socialista.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), esclareceu que uma vez que o Sr. José Mariano saiu da Bancada do PS o tempo não podia ser descontado a essa Bancada.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que os tempos das Bancadas Independente e do PS teriam que ser reajustados.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO ÚNICO - 2007 - ANO EUROPEU DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODOS.**-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Declaração, apresentada pela Comissão Permanente: “O Parlamento Europeu e o Conselho Europeu decidiram instituir o ano 2007 como o ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Um projecto de cidadania e de estratégia política para concretizar com sucesso progressivo uma sociedade europeia mais justa. O objectivo civilizacional pretendido pela União Europeia não dispensa o comprometimento, aliás essencial, dos próprios cidadãos, bem como das instituições nacionais, regionais e locais. Sensibilizar todos e cada um para o direito à igualdade e para o dever de combater as discriminações injustas são, pois, um meio e um objectivo cultural essencial. Despertar a consciência individual e colectiva para a problemática das discriminações múltiplas que ainda subsistem na vida real dos cidadãos europeus de cada localidade é assim o desafio a enfrentar, com o espírito de vitória, para ganhar o futuro da igualdade de oportunidades para todos. Importa, neste contexto, fomentar a reflexão e o debate sobre as diversas formas de aumentar a inclusão das vítimas de discriminação, de fomentar o equilíbrio de participação entre homens e mulheres, de facilitar a diversidade e a igualdade. A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Extraordinária, no dia 26 de Novembro de 2007, declara: 1 - Manifestar o seu apoio à prossecução dos objectivos gerais do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. 2 - Apelar à Assembleia da República e ao Governo no sentido de definirem, em concreto, medidas legislativas que aprofundem o combate às discriminações e promovam o direito dos cidadãos à igualdade de oportunidades para todos. 3 – Recomendar à Câmara Municipal a promoção e desenvolvimento de políticas urbanísticas de correcção do construído, no sentido de minimizar as barreiras arquitectónicas existentes, que dificultam o acesso físico de pessoas portadoras de deficiência motora e outras políticas sociais de combate às desigualdades. 4 - Aprofundar a discussão destes e



Fl. 119v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS**

outros temas, procurando sensibilizar os munícipes para uma maior consciencialização dos desideratos associados ao Ano Europeu; 5 - Pagnar, enquanto autarcas e cidadãos, pelo desígnio de que todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, origem étnica, religião ou orientação sexual, possam ter as mesmas oportunidades.”-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	20.51
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	20.54

-----Estando presente na sala, a convite da Assembleia Municipal um representante do Alto-comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, em representação da Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, Dr. Luís Pascoal, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidou-o a tomar lugar na Mesa da Câmara Municipal, por forma a poder participar no debate. Convite esse aceite.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por realçar a importância da Assembleia fazer uma Sessão com este Ponto Único neste ano designado como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Aproveitando este tema e dadas as suas incapacidades visuais, utilizou um equipamento que o ajudou a ler as suas intervenções escritas. “O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, cujo início teve lugar em Berlim, a 30 de Janeiro deu a conhecer os resultados de um inquérito da União Europeia sobre a luta contra a discriminação. Segundo o inquérito realizado, mais de metade dos europeus pensam que não se está a fazer o suficiente para combater a discriminação nos respectivos países. Embora as respostas ao inquérito variem significativamente consoante os Estados membros, a mensagem principal é a de que os europeus (64 %) sentem que a discriminação continua a aumentar nos respectivos países e estão prontos a alterar esta situação. Uma ampla maioria de europeus crê que ter uma origem étnica diferente (62 %), ter mais de 50 anos (69 %), ser cigano (77 %) ou ser deficiente (79 %) constitui uma desvantagem na sociedade em que vivem. Perto de 8 em cada 10 inquiridos consideram que, com qualificações equivalentes, uma pessoa de 50 anos ou mais tem menos oportunidades de arranjar emprego ou ser promovida com alguém com menos de 50 anos. O mesmo se verifica no que se refere aos deficientes comparativamente às pessoas sem deficiência. Os resultados deste inquérito são um sinal claro de que os cidadãos pensam que a discriminação continua e estão preparados para políticas mais vigorosas destinadas a combater o preconceito, a intolerância e a desigualdade, assim saibam os nossos governantes interpretar estes sinais.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o tema desta Sessão é um tema que une todos; une todos no sentido de todos quererem construir uma sociedade melhor, mais justa, mais igual para todos. Deu os parabéns ao Sr. José Manuel Freire pelo



facto deste ter trazido para estes trabalhos um equipamento que o ajuda no dia-a-dia. Referiu que o PSD iria orientar as suas intervenções para o âmbito local, no que concerne à falta de igualdade de oportunidades existentes no concelho.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o PS se congratulava com a realização desta Sessão da Assembleia Municipal, sobretudo pelo tema a tratar, tema esse que é transversal a todos. Referiu que este tema não pode ser abordado a nível local, ele é bastante mais amplo, assim como todos os dias devem ter em atenção a igualdade para todos, podendo todos contribuir para essa igualdade. Afirmou que todos devem olhar para os seus comportamentos e para as suas atitudes no sentido de ultrapassar as desigualdades e as diferenças de oportunidades que são constatadas.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	Eurico José dos Reis Correia	21.03
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana	21.03

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse o seguinte: “As desigualdades de género persistem em Portugal. O nível médio de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens e está a crescer a um ritmo elevado, o que aumenta o fosso, neste campo, entre homens e mulheres. No entanto, as mulheres continuam a ocupar na sociedade portuguesa um lugar não correspondente às suas qualificações e a ser objecto de múltiplas discriminações. A mulher já representa mais de metade da população empregada com os níveis de escolaridade mais elevada. No 4º Trimestre de 2006, as mulheres já representavam 50,5% da população empregada nesse ano com o ensino secundário, e 57,4% dos empregados com o ensino superior. Só em relação à população com mais baixo nível de escolaridade (com o ensino básico ou menos), é que os homens constituíam a maioria da população empregada (57,3%). Apesar da escolaridade elevada ser um factor chave para se poder responder às necessidades da economia e da sociedade no mundo actual, no entanto essa maior escolaridade continua a não ter correspondência quer a nível de categorias profissionais que lhe são atribuídas quer em relação às remunerações auferidas pelas mulheres portuguesas. Quanto mais elevada é a escolaridade maior é a discriminação. Entre 2000 e 2005, a situação discriminatória a que estavam sujeitas as mulheres com a categoria de "quadro superior" não melhorou, já que em 2000 a remuneração que recebiam correspondia a 70% da dos homens e essa percentagem é idêntica à de 2005. Nas categorias profissionais "Encarregados, contramestres, mestres e chefes" e "Profissionais altamente qualificados" a discriminação a nível das remunerações agravou-se entre 2000 e 2005, pois a percentagem que a remuneração média das mulheres representava em relação à dos homens diminuiu e a tendência é de aumento da discriminação quanto maior é a qualificação. Por exemplo, em 2005, a remuneração da mulher representava 92,3% da do homem na categoria "Praticantes e aprendizes", 82,7% a nível de "Quadros médios", e de apenas 70% na categoria "Quadros superiores". E tudo isto quando o



Fl. 120v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

governo de Sócrates afirma que um dos objectivos mais importante da sua política é a qualificação dos trabalhadores portugueses. No entanto assiste passivamente a uma discriminação ainda maior das trabalhadoras com qualificações mais elevadas. E quanto às outras mulheres menos qualificadas? Será que o panorama é diferente? Não! As suas vidas são cada vez mais difíceis. 417 200 não têm contrato de trabalho permanente. 402100 trabalham a tempo parcial (são as que mais horas trabalham na Europa). 236807 estão inscritas nos Centros de Emprego. 245404 auferem o SMN. São as trabalhadoras as principais vítimas da destruição dos postos de trabalho, do emprego inseguro, dos baixos salários e das violações da protecção da maternidade/paternidade, chegando ao cúmulo da gravidez gerar despedimentos. Elas são ainda especialmente atingidas pela desregulamentação dos horários (esperas ainda em casa outra jornada de trabalho) e pela insuficiente e desadequada rede pública de infra-estruturas sociais de apoio à família. E a participação da mulher na vida política, associativa, em movimentos cívicos? Desde as 2 únicas mulheres presentes no actual Conselho de Ministros, ao número de presidentes de Câmara e deputadas se percebe que as mulheres tiveram que sair de casa para trabalhar ao lado do homem, mas que a partilha do poder com ele não foi pacífica, consensual e resta um longo caminho para a igualdade de oportunidades para quem carrega a metade do céu.”-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.09

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que gostava de se debruçar um pouco mais sobre o ponto da declaração apresentada pela Comissão Permanente que recomenda à Câmara Municipal a promoção e desenvolvimento de políticas urbanísticas de correcção do construído. Referiu que a Câmara Municipal não é o único organismo que tem responsabilidades no concelho neste aspecto, uma vez que outros organismos públicos nacionais também têm que contribuir para toda esta situação melhorar e o PSD tem feito recomendações, ao longo dos anos, no sentido de todos os organismos darem condições de acesso a todas as pessoas. Assim apelou que isso fosse uma realidade num curto espaço de tempo, começando pelo edifício onde decorre os trabalhos desta Sessão que não possibilita acesso aos pisos superiores a cidadãos possuidores de incapacidade motora.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o INE tinha números que contradizem os apresentados pela CDU a nível da educação, ou seja, as mulheres têm acesso à educação, se depois os acessos ao mercado trabalho é diferente, ai até pode concordar, mas no acesso não via discriminação. Perguntou à Câmara Municipal o que esta tinha feito, ou o que tinha previsto fazer, no âmbito no Ano Europeu que se está a comemorar.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que concordava com a Declaração apresentada pela Comissão Permanente. Referiu que quando se trata o próximo com



respeito e com responsabilidade a questão da igualdade de oportunidades está ganha por natureza; sempre tratou todos da mesma forma e para si é um pouco estranho distinguir homens e mulheres, já que lidando diariamente com homens e mulheres nunca sentiu qualquer diferença. Apelou à consciência de cidadania que todos devem ter, estando convencido que se isso acontecer, a igualdade de direitos e de oportunidades será cada vez mais uma realidade e o assinalar destas datas e a realização de eventos do género deste deixará de se justificar.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) agradeceu o reforço que o Sr. Paulo Jorge fez à sua intervenção, uma vez que a sua intervenção tinha ido no sentido de dizer que as mulheres em Portugal são quem tem mais formação superior e a CDU questiona como é que uma maior formação corresponde a uma menor retribuição.--

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) congratulou a Câmara Municipal pelo facto de ter aberto o CLAI - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, o que demonstra as preocupações e a atenção que a Câmara Municipal tem para com os imigrantes existentes no concelho. Referiu que a não existência do Plano Director Municipal provoca desigualdades aos particulares, a nível do acesso à informação, ao desenvolvimento do território. Afirmou que Lagos não pode esperar mais, necessita de um Plano o mais rapidamente possível de modo a promover igualdades entre as comunidades.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os números estão mais relacionados com este assunto do que as questões das boas maneiras e da boa educação e que este ano deve servir para que os Governos da União Europeia criem legislação que possa combater as desigualdades verificadas e que promovam a igualdade para todos. Informou que os números trazidos ao debate pela CDU são retirados de entidades oficiais. Em relação à acessibilidade para todos disse que este ano saiu nova legislação, que vem a seguir a uma outra que tinha saído em mil novecentos e noventa e sete e que nunca foi cumprida na sua totalidade. Fez ainda referência a alguns edifícios pertencentes à Câmara Municipal e outros edifícios públicos que continuam a não disponibilizar acessos a pessoas com deficiência motora. Apelou para a rápida resolução deste problema. Recorrendo ao equipamento disse o seguinte: “As Desigualdades e a Pobreza não são Fenómenos Naturais nem uma fatalidade a que estão condenadas certas camadas sociais. No período 2002 – 2007, a taxa média de crescimento económico em Portugal foi de 0,8%, ou seja, 2,5 vezes inferior à taxa média de crescimento comunitário. Enquanto a economia portuguesa cresceu a uma taxa próxima da estagnação, as desigualdades nunca aumentaram tanto depois do 25 de Abril como agora. E não se pense que a miséria atinge apenas os idosos e os desempregados em Portugal. De acordo com um estudo divulgado pelo INE no dia mundial da pobreza, em 2005, 19% dos portugueses viviam abaixo do limiar da pobreza que é 360 euros por mês, mas 42% das famílias com dois adultos e três ou mais crianças viviam abaixo do limiar da pobreza. Eis a situação a que este governo está a condenar os portugueses que têm mais filhos. A pobreza está também a atingir os trabalhadores empregados. De acordo com o INE, no ano de 2006 20% dos trabalhadores, por conta de outrem, ou seja, 700 000 recebiam um salário inferior a 400 euros por mês. A estes problemas somam-se os que resultam



Fl. 121v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

da imposição de um modelo económico e social assente na fragilização do aparelho produtivo e na crescente financeirização da economia, em elevadas taxas de desemprego, em baixos salários e nas discriminações salariais e na generalização da precariedade laboral. Em 2006, cerca de 83% dos reformados viviam com menos de um salário mínimo nacional por mês, 42% viviam com pensões inferiores a 300 euros (ou seja, um milhão e 100 mil reformados), o valor da pensão média das mulheres era 59,8 % inferior à dos homens. E, no entanto, entre 1975 e 2004, a riqueza criada por trabalhador cresceu 41 vezes (o PIB por trabalhador subiu de 640 euros para 26 300 euros), não obstante neste período ter baixado 2,3 o número de activos por pensionista. A par desta situação em Portugal, no ano de 2005, os rendimentos dos 20% mais ricos da população foram 8,2 vezes superiores aos rendimentos dos 20% mais pobres, quando em 2004 era 7,2 vezes, portanto em apenas num ano de governo PS este indicador de desigualdade aumentou 13,8%. Os lucros elevados das grandes empresas estão a ser também alimentados à custa de receitas do Estado. De acordo com o relatório do OE, entre 2005 e 2008, portanto em 4 anos de governo PS, as receitas perdidas pelo Estado devido aos benefícios fiscais concedidos atingirão 10 318 milhões de euros sendo, pelo menos, 71% deste valor concedidos a empresas e fundamentalmente a grandes empresas. Em contrapartida o governo pretende aumentar a carga fiscal sobre os pensionistas. Dois pesos e duas medidas diferentes. Em 2006 os lucros das 500 maiores empresas não financeiras (não inclui nem os bancos nem as seguradoras) a funcionar em Portugal somaram 5 mil 817 milhões de euros, o que representa em relação a 2005, em que os lucros atingiram 3 mil 488 milhões de euros, um aumento de 66,8%. Em 2006 os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública aumentaram 1,5 %, e a subida nas remunerações dos trabalhadores do sector privado foi somente de 3,1 % (em toda a economia , o aumento das remunerações no nosso País foi apenas de 2,4 %, segundo o Banco de Portugal). Se considerarmos um período mais longo (2003-2006), a subida dos lucros das 500 maiores empresas atingiu 150,2 %, pois passaram de 2 mil 325 milhões de euros para 5 mil 5 mil 817, enquanto o aumento verificado nas remunerações foi apenas de 6,4 % na Administração Pública e de 13,3 % no sector privado. Durante este período a taxa de inflação aumento 11 %, o que determinou uma redução importante do poder de compra das remunerações nominais. Portanto a diferença é impressionante entre o crescimento dos lucros e dos salários, o que contribui para o agravamento das desigualdades. Assim como afirmamos no início desta nossa intervenção as desigualdades e a pobreza não são fenómenos naturais, nem uma fatalidade a que estão condenadas certas camadas sociais. O desenvolvimento do País passa pelo trabalho qualificado e remunerado de acordo com uma melhor distribuição da riqueza e do rendimento disponível, eixos centrais de uma estratégia que considere o ser humano e os seus conhecimentos e não o capital como principal factor de crescimento económico e por um investimento significativo na educação, na cultura, na ciência e tecnologia, na saúde, na segurança social e no ambiente, tendo presente que o efeito cumulativo dos diferentes factores sociais e económicos são decisivos para aumentar as possibilidades de desenvolvimento económico e social, fundamental para a



melhoria do nível de vida dos portugueses. Só assim poderíamos começar a falar numa igualdade para todos.”-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que a igualdade, de facto, não existe e a prova disso foi o que se passou numa reunião da Assembleia Municipal, realizada em Abril, do presente ano, em Bensafrim, onde uma determinada etnia foi discriminada, sendo que tal situação não pode voltar a verificar-se neste Órgão. Disse que um dos parágrafos da Declaração apresentada pela Comissão Permanente diz: “Sensibilizar todos e cada um para o direito à igualdade e para o dever de combater as discriminações injustas são, pois, um meio e um objectivo cultural essencial”, sendo da opinião de que deveria ser alterado este paragrafo, uma vez que todas as discriminações são injustas. Referiu que o facto da Europa dedicar um Ano a esta temática é sinónimo de que há problemas graves nesta área. Disse ainda que em casa todos educam os seus filhos, mas o grande desafio é considerar os filhos dos outros seus filhos também e isso é complicado e muito difícil. Terminou dizendo que é importante que quando se vê uma discriminação ter a capacidade para nos indignarmos na altura.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que são as empresas que promovem a riqueza e a igualdade entre as pessoas e boas e más práticas há em todas as actividades e em todos os locais. Referiu que não concorda com a CDU quando esta diz que o mal do País e a causa da desigualdade está na forma como a riqueza é distribuída, acrescentando que não se promove a igualdade entre as pessoas confundindo os cidadãos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Sr. Eduardo Santana não deve ter ouvido bem a intervenção da CDU, uma vez que a CDU colocou em contradição o que era a pobreza e a riqueza do País e a desigualdade que existe entre estas duas situações. Referiu que quando a CDU falou em empresas falou nas 500 maiores empresas do País e na desigualdade que existe na repartição de riqueza criada; esta é a realidade do País.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que continuava a não perceber o porquê da CDU estar sempre a fazer referência às empresas, sejam elas grandes ou pequenas. Disse ainda que este debate também é uma forma de promover a igualdade no seio da Assembleia Municipal, uma vez que todos têm oportunidade de intervir e é assim que se promove a democracia.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que não foi só em Bensafrim que houve intervenções menos abonatórias para a Assembleia Municipal. Afirmou que há discriminações que são justas e por isso concorda com o parágrafo da Declaração, mencionado pelo Sr. Fernando Soares.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse o seguinte: “Novas Políticas Precisam-se! Existe na nossa sociedade um incumprimento das normas que proíbem discriminação o que reflecte uma grande insensibilidade social e dificuldades em lidar com a diferença. O princípio da igualdade de direitos e de oportunidades em todas as áreas, condição fundamental para o exercício da cidadania, e facilmente substituído por preconceitos de natureza relacional, políticos e ideológicos, que determinam atitudes e comportamentos discriminatórios. As restrições ao exercício



Fl. 122v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

de direitos cívicos, a limitação do acesso ao meio edificado, espaço público e transportes e a participação na vida democrática as pessoas com deficiência, a segregação das minorias sexuais, as dificuldades na apresentação das reivindicações específicas destes grupos sociais, são exemplos destas atitudes e comportamentos, que assumem proporções incompreensíveis quando se traduzem no recusa do fornecimento ou fruição de bens e serviços, na limitação do exercício normal de uma actividade económica, no recusa e/ou limitação ao arrendamento de habitação, ao credito bancário, entre outras. Pretende-se pois um desenvolvimento das políticas destinadas a combater a discriminação, considerando a diversidade de pessoas e situações, nomeadamente as pessoas com deficiência ou com risco agravado de saúde, as minorias sexuais, as minorias religiosas e as pessoas que são discriminadas com base no origem racial ou étnica ou com base na idade e no género e exige-se a penalização dessas discriminações. Assim como começámos esta intervenção afirmamos que Novas Políticas Precisam-se.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que existia um paradigma nesta discussão, uns discutam as macro políticas/económicas do Estado e da União Europeia, mas a Bancada do PSD Lagos na Assembleia Municipal quer discutir as políticas sociais, as políticas económicas do concelho, com base na Declaração que está em cima da mesa para discussão. Referindo-se à comunicação social local disse que a mesma sobrevive com a publicação de editais das Câmaras Municipais e em Lagos verifica-se a preferência por um meio de comunicação social em detrimento de outros; Aproveitou a oportunidade para felicitar a Assembleia Municipal pelo facto de esta ir passar a editar um Boletim Informativo como suplemento de um Jornal local. Considera que o Boletim Municipal, de municipal nada tem; trata-se de um Boletim do Executivo Municipal, que é publicado todos os meses e é um exemplo da desigualdade de meios entre os vários Partidos que exercem o actual mandato, por isso sugeriu à Câmara Municipal que cedesse espaço no seu Boletim Municipal mensal, a todas as forças políticas, de modo a promover a igualdade entre as diversas forças políticas do concelho.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que todos os dias quando decidimos discriminamos, por isso não vê motivo para alterar o texto da Declaração.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o PS tem os meios mediáticos que existem na cidade assim como qualquer outra força política ou cidadão também o têm. Realçou o facto da Assembleia Municipal passar a ter um Boletim próprio, sendo este mais um meio onde os Grupos Municipais podem expor as suas ideias.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que é feita alguma propaganda política no Boletim da Câmara Municipal e esse boletim não deve servir para tal.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, começou por dizer que as competências da Câmara Municipal no tema desta Assembleia são uma gota de água. Referiu que a Declaração apresentada pela Comissão Permanente menciona a promoção de oportunidades para todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, origem étnica, religião ou orientação sexual, mas não menciona, o tipo de deficiência. Disse que o Executivo se congratulava pelo facto da Europa ter criado o



Ano sobre esta temática que é cara a toda a humanidade, a todos os Estados de direito e a todas as pessoas com sentido democrático, com sentido de partilha, com sentido de solidariedade e de irmandade e fraternidade para com os seus semblantes. Afirmou que não é pelo facto de existir o Ano Europeu que o Partido Socialista e outros Partidos têm grandes preocupações e prosseguem políticas mais ou menos generosas de acordo com as possibilidades e capacidades financeiras dos respectivos países para combater as desigualdades de oportunidades e para criar um mundo mais fácil para todos. Lembrou que a governação do actual Executivo Municipal têm-se pautado, desde sempre, por uma orientação política, para programas e políticas e acções de coesão social, integração e cidadania activa. Disse que a única nota negativa, por parte das Bancadas, à actuação da Câmara no âmbito do tema desta Assembleia Municipal, foi o facto da Câmara não dar oportunidade ao PSD de fazer propaganda política no Boletim mensal da Câmara Municipal. Esclareceu que não percebia a razão pela qual foi mencionada a reunião da Assembleia Municipal realizada em Abril do presente ano, pelo Deputado Municipal que fez a comparação dos comunistas antes do 25 de Abril com os ciganos, situação que foi muito infeliz e que não devia ser lembrada nesta Sessão. Informou que o edifício dos Paços do Concelho, num futuro próximo, irá ser alvo de uma intervenção que irá acabar com a falta de acesso a pessoas com deficiência motora aos pisos superiores. Reconheceu que Lagos não tem PDM, mas tem muitas outras coisas; uma Rede Social, a Carta Educativa, um Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo, o desenvolvimento sustentável, o aumento das acessibilidades. Informou que a Câmara tem colocado nos seus quadros pessoas com deficiência e existem mais mulheres a trabalhar na Câmara do que homens, não havendo qualquer discriminação a nível remuneratório. Disse que todos os desfavorecidos têm reduções na factura da água entre outros benefícios, havendo variados apoios e acções a outras situações. Seguidamente fez uma resenha de muitas acções promovidas e/ou apoiadas pela Câmara Municipal que no fundo promovem a igualdade para todos.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que na reunião de Abril em Bensafrim, alguém disse que não queria ciganos na sua freguesia nem que tivesse que lá estar com uma caçadeira, tendo o Sr. Presidente da Câmara dito, a seguir a essa intervenção, que compreendia mas não concordava e que os ciganos não respeitavam as leis e quem diz isto fica numa posição que nenhum democrata quer estar, que é uma maioria a colocar em causa uma minoria. Referiu que a seguir a estas palavras tinha pedido a palavra para dizer que antes do 25 de Abril os comunistas também não respeitavam as novas regras, os comunistas também não estavam certos; chamar a comunista cigano significa que um comunista é um homem livre, foi do comunismo e da força democrática dos povos se quiserem auto-determinar que nasceu o movimento marxista que deu azo a todo o sistema político que existe.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o áudio das reuniões da Assembleia Municipal é gravado, por isso, seria bom ouvir a gravação da reunião de Abril para esclarecer as dúvidas sobre o que cada um disse. Referiu que



Fl. 123v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

acabou de assistir a mais um momento menos bom da Assembleia Municipal.-----
-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que não estava a gostar do caminho para o qual este debate estava a seguir. Afirmou que todos os Deputados Municipais e todos os Membros da Câmara Municipal, são contra as discriminações, o que não quer dizer que, de vez em quando, não surjam, no calor da discussão, afirmações menos próprias, mas isso não é essencial, são questões colaterais e que não devem fazer perder tempo a este Órgão. Disse que o debate deve seguir o caminho para o qual foi promovida esta Sessão da Assembleia Municipal.-----
-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a gravação da reunião realizada em Abril, por motivos técnicos, tem algumas falhas e é muito difícil descortinar com exactidão o que lá foi dito. Felicitou a Câmara Municipal pela informação dada em relação ao que está a fazer no âmbito do tema, mas também não poderia deixar de ser de outra maneira, uma vez que um dos papéis das Câmaras tem a ver com o combate às desigualdades. Referiu que este Ano é Europeu e que era importante haver um Ano Municipal (proposta já apresentada pela CDU), sendo este debate prova de que isso seria importante para o município, uma vez que iria fazer com que o município debatesse e aprofundasse um determinado assunto ao longo de um ano, levando a definir políticas locais para a temática definida para cada Ano. Disse que existem grandes desigualdades no País e são necessárias novas políticas para combater esta situação.-----
-----Dado ao tempo da CDU ter expirado este Grupo Municipal fez entrega do seguinte documento para que conste na presente acta: “A Resolução do Conselho de Ministro nº 88/2006 cria na dependência dos Ministros da Presidência e do Trabalho e da Solidariedade Social a Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos determinando que esta tem por missão preparar e garantir a execução de um programa de acção para o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Segundo esta Resolução o programa de acção tem como objectivos gerais: - Sensibilizar para o direito à igualdade e à não discriminação, assim como para a problemática das discriminações múltiplas; - Fomentar um debate sobre as formas de aumentar a participação na sociedade de grupos que são vítimas de discriminação e de obter uma participação equilibrada entre mulheres e homens; - Facilitar e celebrar a diversidade e a igualdade; - Promover uma sociedade mais coesa. O Preâmbulo desta Resolução destaca que o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia designaram o ano de 2007 como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos com o "intuito de alcançar uma sociedade mais justa através da promoção da igualdades e da não discriminação". Afirmam que " para desenvolver uma sociedade inclusiva e uma economia mais competitiva e dinâmica, colhendo frutos da diversidade, torna-se imperativo eliminar os factores de discriminação que possam subsistir em razão do sexo, origem racial ou étnica, religião, deficiência, idade e orientação sexual". Destaca que o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos se insere numa abordagem transversal do combate à discriminação, onde se pretende sensibilizar a comunidade em geral para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, combatendo atitudes e



comportamentos discriminatórios. Destacam que a desigualdade é transversal às questões de género e assume problemas específicos nalguns grupos sociais mais vulneráveis a processos de exclusão. Destacando que Portugal assume a presidência da União Europeia no 2º semestre de 2007 este Ano Europeu é "uma oportunidade para reforçar o empenho de Portugal nesta matéria, promovendo um conjunto de iniciativas que possam contribuir para o combate à discriminação nas suas diversas dimensões". Posto isto, tecemos as seguintes considerações: - Os objectivos propostos pelo Governo são extraordinariamente limitados e condenados ao fracasso: 1 - O Governo propõe um Programa de Acção com o objectivo de "sensibilizar para o direito à igualdade e à não discriminação, assim como para a problemática das discriminações múltiplas" quando a natureza das suas políticas económicas e sociais estão na base do profundo agravamento das injustiças e desigualdades sociais que afectam a grande maioria da população que vive do seu salário ou da sua pensão, e que se reflecte no agravamento das discriminações específicas das mulheres (impedindo uma participação em igualdade em todas as esferas da vida); dos deficientes, dos idosos e das crianças. A subida dos preços dos bens essenciais verificada em 2007 - de que são exemplo o pão (aumento de 20%); Electricidade (aumento de 6%); novas taxas moderadoras para internamentos e cirurgias (que variam entre os 5 e os 10 euros); o aumento dos transportes; das rendas de casa (3%); redução da comparticipação nos medicamentos constitui um brutal factor de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e dos que vivem das suas pensões - com especial incidência na situação das mulheres, já que são elas que têm mais baixos salários e mais baixas pensões. No plano dos salários os aumentos da função pública não ultrapassaram os 1% e no sector privado não ultrapassaram os 3,1%. E mesmo o aumento de 4,4% do salário mínimo nacional (sendo positivo e insatisfatório) abrange, apenas 5,5% dos trabalhadores. O aumento diário das pensões mínimas do regime contributivo vai de um mínimo de 0,23 euros até um máximo de 0,36 euros, ou seja, para um numeroso grupo de pensionistas (cerca de 473 mil) o aumento não chega a corresponder a uma bica de dois em dois dias. Quanto aos regimes não contributivos, como a pensão social, o aumento ainda foi inferior, cerca de 0,18 euros por dia. (os aumentos das pensões de montantes inferiores ou igual a 596 euros são de 3,1%; para as pensões de montante superior a 5976 até 2 387 o aumento e de 2,6%; para as pensões de montante superior a 2 387 euros o aumento e de 2,4%. As pensões de montante igual ou superior a 4774,32 não terão actualização. A pensão dos trabalhadores agrícolas é de 212 euros e as pensões mínimas do regime não contributivo de 177 euros. Aumenta a precariedade laboral atingindo cerca de 21% dos trabalhadores. São mais de 614 mil os desempregados (último trimestre de 2006) sendo o número de mulheres superior ao dos homens; há um crescendo no desemprego juvenil; continua o encerramento de empresas: no último trimestre de 2006 a indústria transformadora perdeu 13800 trabalhadores; o comércio perdeu 14700 e a administração pública perdeu 12500. Continua a ofensiva privatizadora das funções sociais do Estado cujos reflexos mais visíveis se encontram no encerramento de escolas, de maternidades, serviços de



Fl. 124v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

urgência e, mais recentemente, a água e as estradas. O objectivo de desregulamentação das relações laborais para os trabalhadores do sector privado (Código Laboral) e agora a ofensiva aos trabalhadores da Administração Pública. Na segurança social o Governo impõe a redução do valor das reformas aos 65 anos (através da introdução do factor de sustentabilidade) e fomenta um processo de privatização das suas partes mais rentáveis. 2 - O Governo propõe para o Ano Europeu da Igualdade para Todos "Fomentar um debate sobre as formas de aumentar a participação na sociedade de grupos que são vítimas de discriminação e de obter uma participação equilibrada entre mulheres e homens", mas o que efectivamente pretende é o branqueamento da natureza de classe das suas políticas, que estão na causa do agravamento na distribuição do rendimento nacional. O agravamento das injustiças e das desigualdades sociais evidenciado em todos os indicadores comprovam a ineficácia e a condenação das promessas de "igualdade para todos". São estas as causas da falta de promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para todos. As desigualdades sociais estão ainda latentes e emergentes nas baixas taxas de cobertura da rede pública do pré-escolar; no crescimento das taxas de abandono e insucesso escolar; na existência de cerca de um milhão de utentes sem médico de família, nas listas de espera para consultas e cirurgias; na persistência da discriminação salarial entre trabalhadoras e trabalhadores nalguns sectores; no isolamento e solidão dos mais idosos (associados a baixas pensões e reformas e a insuficientes respostas sociais as suas necessidades específicas); na exploração da mão-de-obra imigrante; na consecutiva marginalização das minorias étnicas, etc. Nesta panóplia de défices sociais emergem flagelos sociais a que a política de direita não dá resposta, nomeadamente a desresponsabilização do Estado nas medidas de combate e prevenção da sinistralidade rodoviária e laboral; a toxicoddependência, a prostituição e tráfico de seres humanos para fins sexuais, discriminação de pessoas com deficiência. 3 - O Governo pretende responsabilizar a sociedade por uma "abordagem transversal do combate à discriminação, onde se pretende sensibilizar a comunidade em geral para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, combatendo atitudes e comportamentos discriminatórios." E destaca que a desigualdade é transversal às questões de género e assume problemas específicos nalguns grupos sociais mais vulneráveis a processos de exclusão. Esta responsabilização da "sociedade" pretende omitir que ela é constituída por classes sociais diferentes e antagónicas que se expressa, por exemplo, no facto de 70% dos cidadãos terem como única fonte de rendimento o seu salário ou a sua pensão e estarem sujeitos a uma injusta distribuição do rendimento nacional. Nesta sociedade existem mais de dois milhões de portugueses que se encontram no limiar da pobreza. Nesta sociedade a quem o governo pretende "sensibilizar" para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária é a mesma onde estão os que se apropriam indevidamente da riqueza produzida: o grande patronato e o capital financeiro. Quem tem a obrigação de enfrentar as desigualdades sociais e tomar medidas de promoção da igualdade para todos são os Governos. 4 - Os objectivos pretendidos pelo Governo no âmbito do Ano Europeu inserem-se na disseminação



de uma concepção ideológica caracterizada pela tentativa de retrocesso ideológico sobre as questões da igualdade: a limitação do papel do Estado à mera função de sensibilização da sociedade, e a centralização das questões das desigualdades e discriminações em aspectos culturais. Este retrocesso das questões da igualdade omite a natureza de classe de quem exerce o poder e ao serviço de quem estão as suas políticas económicas e sociais. As injustiças e desigualdades são determinadas em função da classe social combinada em razão do sexo, origem racial ou étnica, ou deficiência, entre outras. 5 - Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos, tal como o PCP consideram que a criação de condições com vista a uma sociedade que ofereça aos seus cidadãos e cidadãs elevados padrões de qualidade de vida, de justiça social impõe, antes de mais interromper as políticas de direita e dar corpo a uma política alternativa, que combata as causas das desigualdades e os flagelos sociais. Uma política alicerçada no desenvolvimento do aparelho produtivo nacional; no combate ao desemprego e ao trabalho precário; no respeito pelos direitos dos trabalhadores, designadamente a elevação dos seus salários, melhoria das suas condições de vida e garantia de trabalho com direitos; no aprofundamento dos direitos sociais e na garantia de fortes, dinâmicos e modernos Sistemas Públicos: na segurança social, na saúde e no ensino. A igualdade de oportunidades para todos impõe novas políticas que respeitem a Constituição da República quanta aos quatro pilares da democracia: política, económica, social e cultural.”-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que este Ano Europeu estava quase no fim; muito já foi feito, muita coisa há ainda a fazer. Referiu que esta é uma causa pela qual todos se devem empenhar e é uma causa que, provavelmente nunca se esgotará. Disse que a afirmação da igualdade de oportunidades não resultará sem a assunção clara e inequívoca de igual dignidade de todos os seres humanos. Referiu que não se pode aceitar que, nalguns casos, os campos se inclinem apenas para um lado, não se pode aceitar que, à partida, uns tenham tudo para poder vencer e outros tenham pouco, ou nada para se poderem movimentar, ou pelo menos para darem os primeiros passos; não se deve aceitar, pacificamente, esta realidade inaceitável; aceitar, pacificamente esta realidade é claramente prova de desrespeito pela dignidade humana. Disse que os cidadãos, os políticos, os governantes devem unir vontades para garantir a igualdade de oportunidades para todos, só assim, um homem ou uma mulher, podem ser, verdadeiramente livres.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) começou por agradecer, em nome da população de Odiáxere, ao Município, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara a oportunidade que a Câmara, durante os últimos dois, três anos e no corrente ano, principalmente, deu aos idosos de aprenderem inglês, informática, de conhecerem o País de três em três meses, através das viagens promovidas pela Junta de Freguesia e pela Câmara, pelas marchas passeios, a oportunidade das crianças terem refeição na escola do primeiro ciclo do ensino básico.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) começou por se solidarizar com a população de Odiáxere e com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, no seguimento da intervenção deste. Disse que este assunto em debate é transversal, está na ordem do



Fl. 125v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

dia e nunca de lá deve sair, sendo que um ano dedicado a esta temática é um meio de dar visibilidade ao assunto em si e às preocupações a nível social que o mesmo traz. Referiu que a Câmara Municipal de Lagos, conforme o Sr. Presidente da Câmara informou, efectuou inúmeros feitos em relação a esta temática; certamente mais haverá por fazer, certamente mais e melhor o município de Lagos irá fazer, mas certamente que nem tudo está feito. Disse que todos os Grupos Municipais, de uma maneira ou de outra, tentarão dar o seu contributo de modo a que Lagos seja um local cada vez melhor para todos viverem em comunidade. Fazendo referência aos imigrantes que Lagos acolhe disse que os mesmos são bem recebidos e de uma forma geral isso contribui para uma boa integração dos mesmos na sociedade lacobrigense. Disse que desta discussão se devia tirar uma conclusão que é de que “todos são importantes”, uma vez que se todos e cada um fizer o que tem que ser feito as oportunidades serão iguais para todos.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS)(Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que os objectivos que o Ano Europeu tem como base são: direitos, representação, reconhecimento e respeito; são quatro palavras que todos os presentes, de uma forma ou de outra, tentaram expressar. Seguidamente deixou uma mensagem que viu algures e que quis deixar para reflexão de todos: “Se já pensou, pense de novo. Numa altura em que se torna necessário, quer por razões de justiça e direitos humanos, quer por razões económicas, aproveitar todas as potencialidades do capital humano existente, que, na Europa, é uma população que vive mais tempo, vive melhor e guarda as suas capacidades por períodos cada vez mais longos, assiste-se a uma vincada discriminação em função da idade – alguém com mais de 35 anos ou menos de 25 é ou velho de mais ou novo de mais para arranjar um emprego. Esse emprego que teria a ganhar com trabalhadoras ou trabalhadores mais experientes, com capacidades e formação acrescidas, mais libertos de responsabilidades familiares e mais responsáveis. Assim torna-se imperativo valorizar as capacidades das pessoas ao longo de todo o ciclo de vida e tratá-las com a dignidade que merecem enquanto detentoras de todos os direitos humanos e de cidadania. Não há pessoas inúteis, há sociedades que as excluem da esfera do emprego, família, educação, saúde e da própria vida social.”-----

-----O Sr. Luís Pascoal, do Alto-comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, em representação da Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos disse o seguinte: “Muito boa noite a todos. Em primeiro lugar queria agradecer este convite à Estrutura de Missão para estar presente nesta vossa Assembleia Municipal e felicitar-vos por este evento, esta Assembleia consagrada a este tema e por ela própria ter sido motivo de participação activa. Assisti a uma Assembleia em que não houve simplesmente umas declarações meramente formais, mas houve uma activa participação das diferentes forças políticas na procura de afirmarem este desejo de combater a discriminação e permitir a igualdade de oportunidades e nisso queria felicitar Lagos e a sua população em primeiro lugar, que está aqui representada por esta Assembleia Municipal e também o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia pela forma como conseguiu que esta Assembleia mantivesse este espírito de certa maneira pró-activo,



em defesa de princípios que são os princípios do desenvolvimento social. Resta-me a mim, então, fazer agora, um contra ponto; o contra ponto que é o seguinte: não podemos sair desta Assembleia pensando que não existe discriminação; discriminação existe, mas também não podemos sair desta Assembleia a pensar que a discriminação é uma coisa de instituições, o Governo, a Câmara, ou não sei quantos e tal, as empresas... a discriminação é um acto pessoal, um gesto pessoal das pessoas; as pessoas é que discriminam; eu discrimino e os senhores todos que estão aqui presentes e as senhoras também discriminam. A discriminação é, antes de tudo, uma atitude pessoal e de facto essa discriminação existe em cada um de nós e existe com mais violência em relação àquilo que nos incomoda mais em termos de sociedade. Existe mais violentamente contra os ciganos. Os ciganos em Portugal, os portugueses ciganos são os mais discriminados dos portugueses, nascem e são logo discriminados, têm aquela palavra, “cigano”, interpretada com as piores das conotações. São dificilmente encarados em Portugal como cidadãos com uma cultura diferente, à qual todos nós proclamamos o direito de se ter uma cultura diferente, só que não a conseguimos entender e como há quinhentos anos que eles estão cá sem nós os entendermos, o que acontece é que não consideramos aquela cultura como uma cultura digna, consideramos aquela cultura como uma coisa, infelizmente, massacrante. Mas eu vou-vos dar um exemplo só, porque a noite vai longa, só um exemplo para vocês perceberem: a maioria do comportamento das comunidades ciganas é em torno de valores de família; e os ciganos não têm idosos excluídos; os ciganos cuidam dos seus idosos sem estruturas de propósito criadas para apoiar os idosos, quando chegam a idosos. É porque aquela sociedade funciona de uma maneira diferente e a nossa tem provocado, a nossa sociedade do consumo, da vivência e tal, tem provocado outra realidade subsequente. Os ciganos não têm violência para com as crianças; têm, eventualmente, negligência provocada pela exclusão social, vivem em condições que são menos favoráveis ao desenvolvimento das crianças, mas há pouquíssimos, raríssimos casos de violência, agressão a prejudicar as crianças ciganas. São valores de família que, eventualmente, nós não valorizamos na nossa sociedade e podia-vos dar mais trinta mil exemplos. Eu coordeno o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas, dentro do ACIDI e tenho vivido os meus últimos tempos intensamente com a comunidade cigana e valorizando, trabalhando com eles os valores da sua cultura. E nós discriminamos, discriminamos, eu próprio; uma pessoa vê três ciganos a passar na rua e aperta o casaco, guarda a carteira, porquê? Porque é um gesto, é um gesto. Este exemplo e agora um outro exemplo, discriminar não é uma coisa de mal, nós não somos maus e discriminamos e os outros são bons, não discriminam, isto não é uma questão de moral, de maus e bons. Fazemos esta Assembleia Municipal; ouvi falar tanto de deficiência e se eu fosse surdo, não podia cá estar; se eu fosse surdo, subia a escadas mas não podia cá estar, não ouvia ninguém. E é isto que é a discriminação. Há muita coisa que nós discriminamos, sem querer; as estruturas, sem querer. Nós não temos capacidade social para valorizar essa diferença, para poder integrar toda a gente plenamente. Temos pouca capacidade. Por exemplo, organismos públicos como as estruturas públicas não conseguem formar pessoas em língua gestual; podiam



Fl. 126v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

formar os seus quadros, porque isto não é preciso vir uma pessoa de fora, os seus quadros podem-se formar, aquilo aprende-se como se aprende o inglês, é uma língua, é uma língua que se exprime por gestos, mas é uma língua e nós podíamos aprender essa língua e as pessoas não têm essa preocupação, as pessoas têm a preocupação de aprender inglês porque aquilo serve para a sua carreira profissional, mas não têm a preocupação de aprender língua gestual para poder servir os outros, para poder servir a comunidade dos surdos. Portanto discriminar é uma coisa que nós praticamos, por isso esta preocupação; a preocupação do Ano Europeu, não foi resolver a discriminação, nem sequer criar a justiça social de que todos aqui ambicionamos, uns por um método, outros por outro, isso faz parte da nossa vivência em comunidade, da nossa política e da acção política. O espírito do Ano Europeu foi alertar para a necessidade de nós termos consciência que discriminamos, para termos consciência que a sociedade discrimina e para termos consciência que a sociedade será mais rica se não discriminar. Fala-se em pouco crescimento da população, no entanto ninguém quer para aqui, e há concelhos desertos, e não vamos agora ter que pontuar, é o espírito, todas as pessoas que estão nesta sala entendem, a população está a envelhecer, mas todos nós gostávamos que nascessem crianças iguais a nós, com a mesma pele, com a mesma cor, com a mesma cultura, a mesma civilização, porque se nascerem mais ciganos isso não conta para a nossa população crescer, se nascerem mais africanos, pretos, amarelos isso para nós não conta; a nossa ambição era crescer a população igual a nós, tal e qual como nós e isso é discriminar e é discriminar muito, apesar da nossa conversa de uma sociedade intercultural não a conseguimos desejar. E depois para os idosos; para os idosos, de facto, o Sr. Deputado leu um texto magnífico, é que o nosso problema dos idosos não é tratar dos idosos que já estão idosos e a discriminação não é acompanhá-los em actividade, a discriminação é nós permitirmos que haja artigos, anúncios nos jornais a dizer “entre os 25 e os 35 anos”, isso é que é a discriminação pura; porquê 35? Até se podia ter escolhido 33, que era a idade que tinha Cristo quando morreu, sempre era um número mais simbólico; porquê 35? Porquê? Técnico de contas com 35 anos? E com 36? Não pode entrar? Com 37, porquê? Mesmos em entidades públicas se mete, às vezes, uma coisa do género, porquê? Não é por falta de legislação, é proibido pôr isto nos anúncios, proibido, tão proibido como estacionar o carro em cima do passeio, mas se nem as autoridade se preocupam com isso, não se preocupam; eventualmente se entrar nas competências da ASEA pode ser que a coisa se resolva melhor, mas a verdade é esta, é proibido; assistimos, mesmo organismos públicos do Estado, porque o Estado não é isento de responsabilidades na prática da discriminação, o Estado discrimina, ou discrimina as mulheres na política, tanto que agora até criou uma lei de paridade, para ver se aparecem mais mulheres na política, discrimina questões de outra natureza, como esta da idade. Há sectores públicos que também colocam idade para admissão, por exemplo no recrutamento de forças de segurança, também aparece lá até aos 24 anos ou até aos 25, mas até aos 25 porquê? Porquê os 25? E 26? Se calhar tem mais aptidão física aos 26 que outro de 25, se calhar tem mais capacidade operacionais aos 26 do que outro aos 25. Condutores de não sei quantos



até aos 40 anos, então e se for o Carlos Sainz? Não pode conduzir? Tem 46, é campeão de ralis, porquê que não pode conduzir. O que interessa são as qualificações da pessoa, a qualidade profissional da pessoa, as capacidades profissionais que a pessoa tem, a idade não conta, pode-se ter 20 anos e não se poder fazer uma coisa, não se ser capaz e pode-se ter 60 e desempenha-la magnificamente. Portanto o alerta que eu gostaria de deixar aqui era de que saíssemos daqui não convencidos de que já fizemos tudo, mas ao contrário, preocupados com o que cada um nós tem de fazer para não discriminar, cada um de nós; é mais ou menos um exercício como os alcoólicos, todos os dias pensarmos o que é que vamos discriminar e como podemos evitar discriminar. Obrigado.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após todos os contributos dados ao longo do debate, no sentido de melhorar a Declaração apresentada pela Comissão Permanente leu a versão final do documento: “O Parlamento Europeu e o Conselho Europeu decidiram instituir o ano 2007 como o ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Um projecto de cidadania e de estratégia política para concretizar com sucesso progressivo uma sociedade europeia mais justa. O objectivo civilizacional pretendido pela União Europeia não dispensa o comprometimento, aliás essencial, dos próprios cidadãos, bem como das instituições nacionais, regionais e locais. Sensibilizar todos e cada um para o direito à igualdade e para o dever de combater as discriminações injustas é, pois, um meio e um objectivo cultural essencial. Despertar a consciência individual e colectiva para a problemática das discriminações múltiplas que ainda subsistem na vida real dos cidadãos europeus de cada localidade é assim o desafio a enfrentar, com o espírito de vitória, para ganhar o futuro da igualdade de oportunidades para todos. Importa, neste contexto, fomentar a reflexão e o debate sobre as diversas formas de aumentar a inclusão das vítimas de discriminação, de fomentar o equilíbrio de participação entre homens e mulheres, de facilitar a diversidade e a igualdade. A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Extraordinária, no dia 26 de Novembro de 2007, declara: 1 - Manifestar o seu apoio à prossecução dos objectivos gerais do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. 2 - Apelar à Assembleia da República e ao Governo no sentido de definirem, em concreto, medidas legislativas que aprofundem o combate às discriminações e promovam o direito dos cidadãos à igualdade de oportunidades para todos. 3 - Recomendar à Câmara Municipal a promoção e desenvolvimento de políticas urbanísticas de correcção do construído, no sentido de minimizar as barreiras arquitectónicas existentes, que dificultam o acesso físico de pessoas com mobilidade reduzida e outras políticas sociais de combate às desigualdades. 4 - Aprofundar a discussão destes e outros temas, procurando sensibilizar os munícipes para uma maior consciencialização dos desideratos associados ao Ano Europeu; 5 - Pugar, enquanto autarcas e cidadãos, pelo desígnio de que todas as pessoas, independentemente do tipo de deficiência, sexo, idade, origem étnica, religião ou orientação sexual, possam ter as mesmas oportunidades.”-----

-----Posto isto passou à votação da Declaração apresentada pela Comissão Permanente, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----



Fl. 127v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 23 horas e 19 minutos, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....

.....
